



São Paulo, 08 de julho de 2003

A SITUAÇÃO DO COMÉRCIO E DOS TRABALHADORES DO SETOR

INTRODUÇÃO

O comércio é uma atividade que depende fundamentalmente de renda e crédito. Pode-se dizer que é o setor que primeiramente reflete o desempenho da economia, seja positiva ou negativamente. Nesse sentido, serve como uma espécie de termômetro.

Os diversos indicadores relativos ao primeiro quadrimestre deste ano demonstram que a economia brasileira apresentou resultados pífios, fato amplamente divulgado pela mídia. Este fraco desempenho está fortemente refletido na atividade comercial, que registrou quedas consideráveis nas vendas e no nível de emprego entre outros.

Os juros elevados, a escassez de crédito e a queda na renda são sinônimos de castigo para o comércio. Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para 2003, revelam que houve queda nas vendas em todos os segmentos do comércio cobertos pela pesquisa.

A retração nas atividades do comércio e seus impactos sobre os comerciários, sobretudo em relação ao emprego e aos rendimentos no município de São Paulo, serão objeto de análise do presente trabalho.

Participação do Comércio na Ocupação

Menos de 20% dos ocupados da cidade de São Paulo trabalham no comércio, como mostra a estrutura ocupacional segundo os setores de atividade econômica do município, reproduzida na Tabela 1. Mudanças significativas na ocupação são fenômenos que ocorrem geralmente em longos períodos de tempo, não em cinco ou seis anos. Por exemplo, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada pelo convênio entre o DIEESE e a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), a participação da indústria no total de postos de trabalho na cidade, no final dos anos 80, correspondia, aproximadamente, a 30% do total. Atualmente, apenas 17% dos ocupados trabalham no setor industrial.

TABELA 1
Participação relativa do comércio, indústria, serviços e outros no total de ocupados
Município de São Paulo - 1998-2003

SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA	1998	1999	2000	2001	2002	2003 ⁽²⁾
Total de Ocupados	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Comércio	17,0	15,8	15,6	16,4	16,2	16,5
Indústria	17,8	18,0	17,8	17,7	17,6	17,1
Serviços	54,1	54,8	55,6	55,0	55,0	55,4
Outros ⁽¹⁾	11,1	11,4	11,0	10,9	11,2	11,0

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Nota: a) Construção civil, serviços domésticos e outros.

b) Dados referentes ao primeiro trimestre

Os dados da PED mostram que as oscilações na distribuição dos postos de trabalho no município de São Paulo, entre 1998 e 2002, foram muito pequenas. A participação do setor de serviços foi a única a crescer de forma mais significativa (0,9 ponto percentual). Assim, se em 1998 respondia por 54,1% dos empregos da cidade, em 2002 passou a representar 55,0%. No mesmo período, a participação do comércio caiu de 17,0% para 16,2%.

Ao longo dos anos, porém, as alterações não afetaram profundamente o emprego no comércio, uma vez que a relação vem se mantendo mais ou menos estável: de cada 100 pessoas ocupadas no mercado de trabalho, 17 estão no comércio.

Emprego

Ainda que a participação do comércio pouco tenha se alterado, os últimos meses não registraram movimento positivo no que se refere ao total de postos de trabalho no setor, uma vez que a manutenção de juros elevados e a forte queda de rendimento da população como um todo reduzem as vendas e acabam por determinar o fechamento de postos de trabalho. Os dados da PED para a Região Metropolitana de São Paulo mostram, por exemplo, que houve redução de cerca de 4,7% na ocupação no comércio, entre abril de 2003 e abril de 2002. Isto significa que a região perdeu 58 mil empregos no setor em um ano, ou seja, foi no comércio que houve o maior fechamento de postos de trabalho dentre os setores de atividade regional, considerando-se, nesse caso, tanto os empregos formais, com carteira assinada, como os sem vínculo empregatício.

Outro indicador – este específico para os assalariados com carteira de trabalho e que se encontram no emprego há pelo menos um ano – também confirma a dimensão do que vem ocorrendo com o emprego no comércio no município de São Paulo. As homologações (pagamento das verbas rescisórias quando do encerramento do contrato formal de trabalho) realizadas no Sindicato dos Comerciários de São Paulo indicam que, em 2002, o total de pessoas que perdeu seu posto de trabalho foi equivalente ao verificado em 1999, conforme demonstram a Tabela 2 e o Gráfico 1.

TABELA 2
Evolução das homologações realizadas no Sindicato dos Comerciários de São Paulo
1999 - 2002

PERÍODO	NÚMERO DE HOMOLOGAÇÕES	MÉDIA MENSAL DE HOMOLOGAÇÕES	VARIAÇÃO
1999	38.569	3.214	-
2000	32.192	2.683	-16,5%
2001	33.975	2.831	5,5%
2002	38.312	3.193	12,8%

Fonte: Sindicato dos Comerciários de São Paulo
Elaboração: DIEESE

Entre 1999 e 2002, 2000 foi o ano com menor número médio de homologações. Coincidentemente, esse ano foi o que registrou maior crescimento do produto interno bruto (PIB), no período: 4,4%. Nesse ano, o total de homologações caiu 16,5%, para subir nos anos que se seguiram. Em 2002, houve aproximadamente 13% a mais de homologações em comparação com o ano anterior, o que revela as dificuldades que o comércio vem enfrentando.

Ao longo desses anos, o ramo do comércio em que ocorre a maior parte das homologações é o de lojas em geral, cerca de 60% do total. Neste ramo, no entanto, as variações do total de homologações entre um ano e outro não são as mais expressivas.

TABELA 3
Evolução das homologações⁽¹⁾ realizadas no Sindicato dos

SETOR DE ATIVIDADE	Nº DE HOMOLOGAÇÕES					VARIÇÃO		
	1999	2000	2001	2002	2000	2001	2002	
Lojas em Geral	24.035	20.946	20.475	22.230	-12,9%	-2,2%	8,6%	
Gêneros Alimentícios	7.269	6.781	7.868	9.278	-6,7%	16,0%	17,9%	
Concessionários de Veículos e Autopeças	4.133	2.515	2.940	3.574	-39,1%	16,9%	21,6%	
Material Elétrico e de Construção	2.048	1.684	2.276	2.614	-17,8%	35,2%	14,9%	
Outras	1.084	217	416	621	-80,1%	91,7%	49,3%	
Total	38.569	32.143	33.975	38.317	-16,7%	5,7%	12,8%	

Fonte: Sindicato dos Empregados no Comércio de São Paulo

Elaboração: DIEESE

Nota: ⁽¹⁾ Empregados com um ano ou mais de tempo de casa

O maior crescimento de demissões homologadas no Sindicato ocorreu, em 2002, no ramo de concessionários de veículos e autopeças. O setor registrou bom desempenho em 2000, quando teve a maior redução no percentual de homologações, mas teve aumento significativo em 2001 (16,9%) e o mais expressivo em 2002 (21,6%). Muito dependente de crédito e, portanto, dos juros - principalmente entre as concessionárias de veículos -, este ramo do comércio sofre forte impacto da política financeira.

Cresceu também de forma expressiva, em 2001 e 2002, o percentual de homologações no ramo comercial de gêneros alimentícios (que inclui os supermercados e hipermercados). No ramo de material elétrico e de construção, o aumento das homologações foi mais intenso em 2001, comparado com 2000 (35,2%). Em 2002, o crescimento foi de 14,9%.

Ao longo do período analisado, ocorreram pequenas alterações nas proporções das homologações segundo os vários setores. Entre 1999 e 2002, só houve redução na proporção de homologações das lojas em geral. O maior incremento ocorreu no setor de gêneros alimentícios. Nesse caso, não foram consideradas as variações do setor "Outras", uma vez que a proporção de homologações tem pouco significado, como pode ser observado na Tabela 4.

TABELA 4
Proporção das homologações⁽¹⁾ por setor de atividade em relação ao total do ano 1999 - 2002

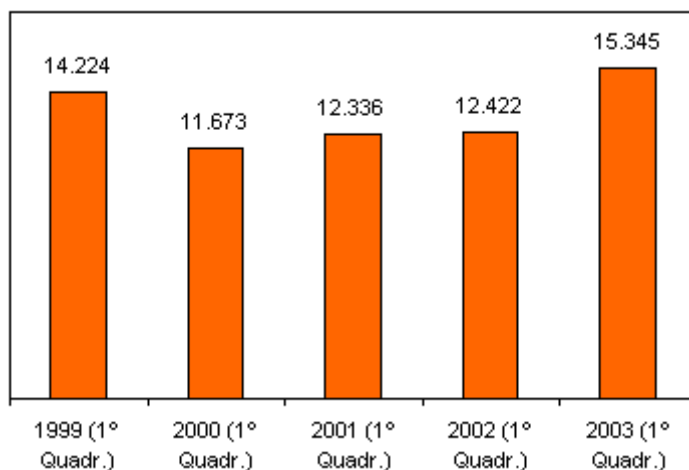
SETOR DE ATIVIDADE	% DE HOMOLOGAÇÕES (1)			
	1999	2000	2001	2002
Lojas em Geral	62,3	65,2	60,3	58,0
Gêneros Alimentícios	18,9	21,1	23,2	24,2
Concessionários de Veículos e Autopeças	10,7	7,8	8,7	9,3
Material Elétrico e de Construção	5,3	5,2	6,7	6,8
Outras	2,8	0,7	1,2	1,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Sindicato dos Empregados no Comércio de São Paulo

Elaboração: DIEESE

Nota: ⁽¹⁾ Empregados com 1 ano ou mais de tempo de casa

GRÁFICO 1
Evolução das homologações realizadas no Sindicato dos Comerciantes de São Paulo
1999-2003



Fonte: Sindicato dos Empregados no Comércio de São Paulo

Elaboração: DIEESE

Ainda que se possa argumentar que o quadrimestre carregue o efeito da sazonalidade, pois os primeiros meses do ano constituem um período de baixa atividade, quando as taxas de desemprego normalmente são maiores, o fato é que o número de 15.345 homologações representa crescimento de 23,5% sobre o mesmo período de 2002. Isso significa que 2003 será um ano difícil. Mesmo que haja redução nas taxas de juros e melhora na oferta de crédito, é pouco provável que o comércio recupere fôlego a ponto de gerar mais postos de trabalho do que fechar.

Rendimentos

Os rendimentos dos trabalhadores como um todo encontram-se na pior situação desde 1985, como vêm demonstrando, para a Grande São Paulo, os dados da PED e mesmo quando se limita a análise para os últimos anos – de 2000 a 2003, verifica-se redução de 22,6% no rendimento médio do conjunto da população. Para os comerciantes, a situação não é diferente, e na comparação do primeiro trimestre deste ano com igual período em 2000 nota-se redução de 22,0%. A essa queda acrescenta-se o fato de, historicamente, o rendimento médio do comerciante encontrar-se abaixo da média salarial paga na economia, como se vê na Tabela 5.

TABELA 5
Rendimento real médio do total de ocupados e dos ocupados no comércio⁽¹⁾
segundo posição na ocupação
Município de São Paulo – 2000-2003

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	2000	2001	2002	2003 ⁽³⁾
Total de Ocupados	1.276	1.168	1.049	988
Ocupados no Comércio	961	926	825	750
Assalariados ⁽²⁾	895	857	779	781
Com carteira	993	945	847	810
Sem carteira	670	641	607	⁽⁴⁾
Autônomos	686	696	622	⁽⁴⁾
Para Empresa	780	683	652	⁽⁴⁾
Para Público	633	703	606	⁽⁴⁾

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego - Nota: Excluídos os Assalariados e os Empregados Domésticos Assalariados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores Familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício

(1) Inflator utilizado ICV-DIEESE

(2) Assalariados do Setor Privado

(3) Dados referentes ao primeiro trimestre.

(4) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

Os dados existentes até o momento só permitem avaliar o desempenho dos rendimentos no comércio para os assalariados e, em particular, para os assalariados com carteira, que constituem a maior parcela dos trabalhadores do setor. No conjunto dos assalariados do comércio, a retração do poder aquisitivo dos salários fica em 12,7%, enquanto para o segmento dos com carteira assinada, a queda é mais significativa e chega a 18,4%.

Para uma análise com todos os segmentos de trabalhadores do comércio, é preciso considerar os dados referentes a 2002. Nesse caso, percentualmente, a queda no rendimento médio real foi expressiva para todos, variando de -17,8% (total de ocupados) a -4,7% (autônomos que prestam serviços para empresa). De todo modo, o foco da análise é o comportamento da renda dos comerciários, tanto os assalariados com registro em carteira como os sem registro.

Os assalariados do comércio tiveram perda de 13,0% nos seus rendimentos, entre 2000 e 2002. Os com carteira viram sua renda real média encolher 14,7%, ou seja, quem recebia R\$ 993,00 em 2000, passou a receber R\$ 847,00 em 2002, enquanto aqueles assalariados sem registro perderam 9,4%, em igual período.

Jornada de Trabalho

A jornada de trabalho como componente do contrato de trabalho é uma variável importante para avaliar as condições em que o trabalho se realiza. No caso dos comerciários, a jornada de trabalho tem sido, tradicionalmente, mais extensa do que a jornada média dos demais setores da economia. A rigor, pode-se dizer que a jornada do trabalhador do comércio se confunde com o próprio horário de funcionamento do estabelecimento comercial.

TABELA 6
Jornada semanal média de trabalho do total de assalariados e dos assalariados no comércio segundo contrato em carteira
Município de São Paulo – 2000-2003

CONTRATO EM CARTEIRA	2000	2001	2002	2003 (2)
Total de Assalariados (1)	44	44	44	43
Com Carteira	44	44	44	43
Sem Carteira	44	44	44	43
Total de Assalariados no Comércio (2)	47	47	48	46
Com Carteira	47	47	47	46
Sem Carteira	47	47	48	46

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego - Nota: Excluídos os assalariados que não trabalharam na semana

(1) Assalariados do Setor Privado.

(2) Dados referentes ao primeiro trimestre

TABELA 6a
Percentual do total de assalariados e dos assalariados
no comércio que trabalham mais de 44 horas semanais
Município de São Paulo – 2000-2003

CONTRATO EM CARTEIRA	2000	2001	2002	2003 (2)
Total de Assalariados (1)	47,0	45,6	46,5	45,4
Com Carteira	46,4	44,9	46,0	45,3
Sem Carteira	48,6	47,5	48,0	45,6
Total de Assalariados no Comércio (2)	59,0	57,4	60,9	56,2
Com Carteira	58,4	56,5	60,5	57,5
Sem Carteira	60,3	59,5	61,8	(3)

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego - Nota: Exclui os assalariados que não trabalharam na semana

(1) Assalariados do Setor Privado

(2) Dados referentes ao primeiro trimestre

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

As informações constantes nas Tabelas 6 e 6a demonstram, respectivamente, a jornada semanal média de trabalho do total dos assalariados e dos assalariados do comércio e o percentual do total de assalariados e dos assalariados no comércio que trabalham mais de 44 horas semanais no município de São Paulo.

Observa-se, no caso dos assalariados em geral, que a jornada semanal média de trabalho é de 44 horas, ou seja, equivale à jornada legal, independentemente de o trabalhador ter carteira assinada ou não. O comerciante, por sua vez, tem jornada média igual ou superior a 47 horas semanais, tenha ele contrato formal de trabalho ou não.

Em qualquer forma de vínculo de trabalho, parcelas expressivas de ocupados trabalham mais do que a jornada legal (tabela 6a). Para os assalariados, mais de 45% deles, independentemente da forma de contratação, exercem suas atividades profissionais por períodos que superam a jornada constitucional.

No entanto, os maiores percentuais de trabalhadores que cumprem jornadas mais longas que a legal encontram-se no comércio. Enquanto a parcela dos assalariados em geral que trabalhou acima da jornada semanal de 44 horas variou de 47,0% a 46,5%, entre 2000 e 2002, em igual período, os assalariados do comércio que ultrapassavam o tempo de trabalho previsto em lei eram, respectivamente, de 59,0% e 60,9%.

Os juros e o comércio

O valor da taxa de juros é fundamental para o comércio. A aquisição dos produtos pelos consumidores, em particular os de maior valor, implicam com freqüência parcelamento longo, que envolve financiamento a juros normalmente muito superiores aos oficiais. Além disso, muitas das formas de pagamento utilizadas pelos compradores também têm como referência os juros praticados pelo banco que financia a compra ou pela operadora do cartão de crédito utilizado ou, ainda, pela financeira.

Falar em juros requer qualificá-lo, ou seja, de qual tipo de juros está se falando: juros nominais ou juros reais? Isso remete, necessariamente, à inflação, uma vez que os juros reais são os juros nominais descontada a inflação. Essa pode ser considerada uma questão menor quando se têm taxas de inflação elevadas, como ocorreu até meados dos anos 90, quando pouca diferença fazia se os juros eram nominais ou reais. Hoje, a situação é outra.

A tabela 7 mostra que, nos últimos anos, a taxa Selic - taxa básica de juros que serve de referência para a economia, determinada pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) - vem se mantendo em patamar elevado. Em 2000 e 2001, a taxa média anual de juros era bastante semelhante (17,59% e 17,48%, respectivamente), com pequena oscilação para menos. Por outro lado, a inflação média anual, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor

Amplo (IPCA), calculado pelo IBGE, e que serve de parâmetro para as metas inflacionárias estabelecidas pelo governo nos acordos com o Fundo Monetário Internacional, cresceu, o que reduziu os juros reais (passou de 10,78%, em 2000, para 9,05%, em 2002). A alta da inflação ocorrida em 2002 (que chegou a 13,04%), em particular a partir de setembro, determinou, inclusive, queda significativa nos juros reais no ano passado (5,36%), apesar do aumento da taxa Selic. Nos primeiros meses deste ano, a taxa média está em 25,96%. E mesmo com a alta inflação (14,77%), os juros reais encontram-se em patamar elevado (9,75%).

TABELA 7
Média mensal das taxas anualizadas
2000 - 2003

PERÍODO	A	B	A/B
	TAXA SELIC ⁽¹⁾ MÉDIA ANUAL	IPCA-IBGE MÉDIA ANUAL	JUROS REAIS
2000	17,59	6,15	10,78
2001	17,48	7,73	9,05
2002	19,10	13,04	5,36
2003(2)	25,96	14,77	9,75

Fonte: Banco Central e IBGE - Elaboração: DIEESE - Nota: ⁽¹⁾ Base: 252 dias/ano ⁽²⁾ Dados até junho. IPCA de junho estimado em 0,15%

Se a taxa Selic encontra-se em patamar elevado, as taxas praticadas no mercado são extremamente altas, como mostra a Tabela 8. Nela pode-se perceber que, enquanto o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE) – o indicador mais utilizado pelo movimento sindical em suas campanhas salariais – acumulou alta de 19,71%, de junho de 2002 a maio último, as diferentes taxas de juros acumularam elevações muito mais significativas, variando entre 85,79%, no caso do empréstimo pessoal bancário, a até 267,69%, nos empréstimos pessoais de financeiras.

Tabela 8
Evolução das Taxas de Juros Mensais

ITENS	2002						2003						TAXA ACUMULADA	DIFERENÇA COM O INPC (JUROS REAIS)
	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI		
INPC-IBGE	0,61	1,15	0,86	0,83	1,57	3,39	2,70	2,47	1,46	1,37	1,38	0,99	19,71	
Juros do Comércio	6,62	6,63	6,63	6,62	6,63	6,65	6,64	6,66	6,66	6,75	6,73	6,74	103,40	69,91
Cartão de Crédito	10,47	10,47	10,47	10,47	10,47	10,47	10,54	10,60	10,58	10,58	10,61	10,63	200,97	151,42
Cheque Especial	9,86	9,78	9,87	9,89	9,89	9,97	10,13	10,18	9,48	9,71	9,71	9,77	181,13	134,85
Empréstimo Pessoal Bancos	5,32	5,35	5,38	5,36	5,49	5,69	5,39	5,77	6,04	6,27	6,39	6,60	85,79	55,20
Empréstimo Pessoal Financeiras	11,98	12,00	12,15	12,43	12,36	12,87	12,79	12,93	12,35	12,72	12,81	12,82	267,69	207,15
Média	8,85	8,85	8,90	8,95	8,97	9,13	9,10	9,23	9,02	9,21	9,25	9,31	167,79	

Fonte: Anefac – Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade
Elaboração: DIEESE

Embora não pareça estar no centro das preocupações do consumidor se os juros são nominais ou reais, e o significado da diferença entre as taxas seja desconhecido, uma vez que o cálculo que fazem é se a prestação "cabe" no bolso, ou seja, no salário, o fato é que numa conjuntura de inflação baixa, os juros reais têm importância não desprezível. Assim, com a renda da população em geral em queda e com o crédito ao consumidor caro, o comércio registrou baixo movimento nos primeiros meses deste ano, conforme atestam os dados tanto da Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomércio), como do IBGE.

Segundo a Fecomércio, o faturamento dos segmentos de vestuário e calçados, no primeiro quadrimestre de 2003, no estado de São Paulo, foi respectivamente 9,6% e 21,7% menor do que em igual período do ano anterior. Os dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), do IBGE, mostram que, pelo quinto mês consecutivo (dezembro/02 a abril/03), o comércio varejista, em âmbito nacional, apresentou redução nas vendas. Segundo o Instituto, em nenhum momento isto tinha ocorrido na pesquisa. Tal desaceleração fez com que a queda em 2003 fosse de 5,45% e nos, doze meses encerrados em abril, de -2,07%. No corte para o estado de São Paulo, a queda no volume de vendas em abril, comparado ao mês anterior ficou em 3,89%, enquanto nos quatro primeiros meses do ano, chegou a -5,23%, o que foi determinante para o comportamento nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O lento ritmo vivido pela economia e seus efeitos sobre o segmento de comércio estão, em larga medida, evidenciados na breve análise aqui desenvolvida tanto no que se refere aos trabalhadores, especialmente emprego e renda, como nos aspectos mais gerais do setor.

A combinação dos diversos indicadores aqui abordados e as expectativas em relação à queda nas taxas de juros, daqui para frente, permitem algumas inferências em termos dos resultados que o comércio pode alcançar ao longo do ano em curso.

Ainda que a economia esboce alguma reação a partir da queda das taxas de juros, em patamares razoáveis, isso ajuda, mas não é condição suficiente para reativar o comércio a ponto de compensar o fraco desempenho observado nos primeiros seis meses do ano. Não é condição suficiente porque os efeitos da queda na taxa de juros não são tão imediatos assim e, além disso, o desemprego deve continuar elevado e a renda que vem numa trajetória de queda não apresenta sinais de reversão.

Finalmente, mesmo que as expectativas sejam positivas em relação ao quadro econômico para o segundo semestre, e o comércio o setor com potencial para responder rapidamente aos estímulos da economia, é pouco provável que ele se recupere e apresente resultados positivos a ponto de fechar o ano com desempenho melhor do que o verificado em 2002.